



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes  
Zona Cívico-Administrativa – CEP: 70.150-908  
Telefones: (61) 3411-4246 / 3411-4330 Fax: (61) 3326-8449  
[spmulheres@spmulheres.gov.br](mailto:spmulheres@spmulheres.gov.br)  
[www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br)  
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

## **CONSENSO DE BRASÍLIA**

**XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**

**Informe Nacional  
BRASIL**

**Brasília, outubro de 2013.**

## I. INTRODUÇÃO

O presente Informe brasileiro sobre os avanços mais relevantes e os desafios pendentes para o cumprimento do Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, tem um caráter especial. Nos últimos três anos o Brasil presidiu a mesa diretora da Conferência, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Aprovado em agosto de 2010, o Consenso de Brasília, ao indicar caminhos para a ampliação e o fortalecimento dos direitos das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens, tem sido referência importante para o Brasil, balizando a atuação do País em diferentes fóruns nacionais, regionais e internacionais.

No período desse Informe, merece destaque a eleição e a posse da primeira mulher eleita Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em janeiro de 2011, que sucedeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após seu segundo mandato. A Presidenta deixou clara sua intenção de ampliar o número de ministras na conformação de seu Gabinete. O novo governo iniciou com nove Ministras mulheres. Atualmente, dez Ministérios são chefiados por mulheres, o que equivale a 25,6% do gabinete ministerial.

Vale assinalar que nesse período, três Ministras estiveram no comando da SPM: Nilcéa Freire, que exerceu o cargo durante os sete últimos anos do Governo Lula (23 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2010); Iriny Lopes, Ministra da Secretaria no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 a 10 de fevereiro de 2012); e, Eleonora Menicucci de Oliveira, atual Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que assumiu em fevereiro de 2012.

As políticas implementadas nesses três anos estão em consonância com a Política Nacional para as Mulheres, aprovada na primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM (2004) e reafirmada nas outras duas Conferências (2007 e 2011). Elas se concretizam no [Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM](#). O Plano, coordenado pela SPM, é um plano de governo e envolve diretamente 32 Ministérios comprometidos com as ações nele previstas.

Nos últimos 11 anos o Brasil vem aprofundando esforços para a construção de um país mais igual, entendendo que a base dessa igualdade passa necessariamente por assegurar as condições mínimas de vida para todas as pessoas. Foi pensando nisso que a Presidenta Dilma Rousseff definiu como meta central de governo a erradicação da miséria.

O [Programa Bolsa Família](#) é considerado o maior programa de transferência de renda do mundo. Esse programa integra o [Plano Brasil sem Miséria](#), instituído com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza de segmentos da população presentes em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Em virtude da decisão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome de emitir os cartões de benefício preferencialmente em nome das mulheres, 92,37% das 13,8 milhões de famílias beneficiárias tem as mulheres como titulares. Os impactos positivos desse lugar das mulheres na família – de detentoras dos recursos – já começam a ser percebidos: maior autonomia e percepção dos direitos de cidadania.

## **II. AVANÇOS E DESAFIOS**

Para facilitar a leitura, adotamos nesse Informe a mesma estrutura do Consenso de Brasília, por bloco de acordos adotados. Em cada um deles indicaremos os principais avanços alcançados e alguns dos desafios pendentes.

### **1. Conquistar uma maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho.**

No campo da promoção de maior autonomia econômica e da igualdade na esfera do trabalho, o Brasil tem implementado políticas que articulam ações de valorização do trabalho doméstico e de questionamento da divisão sexual do trabalho.

A continuidade da entrada das mulheres no mundo do trabalho remunerado reforça a importância de políticas econômicas que propiciem melhoria de renda e proteção do trabalho para os setores de menor rendimento, onde ainda se concentram as mulheres. Assim, nos últimos anos, a política consistente de valorização do salário mínimo tem sido fundamental para aumentar o rendimento das mulheres, uma vez que tem incidência importante também sobre o rendimento do trabalho rural e os benefícios previdenciários. Além disso, a taxa de ampliação da formalização do emprego nos últimos anos foi maior entre as mulheres do que entre os homens.

Cabe registrar, ademais, os avanços brasileiros na ampliação dos direitos e da valorização do trabalho doméstico. Pesquisas recentes revelam que houve aumento do rendimento mensal para as trabalhadoras e trabalhadores dessa categoria formalizados. Além disso, o Congresso Nacional aprovou, em abril de 2013, a chamada PEC das Trabalhadoras Domésticas ([Emenda Constitucional nº 72, de 02/04/2013](#)), que altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre as/os trabalhadoras/as domésticas/as e as/os demais trabalhadoras/as urbanas/as) e rurais. Tal medida garante 16 novos direitos a essa categoria de trabalhadora.

A nova legislação beneficia 6,5 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 93% são mulheres e 62% delas são mulheres negras, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), de 2011.

A aprovação da PEC das Trabalhadoras Domésticas foi resultado de esforços importantes de articulação da SPM com outras esferas do Governo – Ministério do Trabalho e Emprego, Casa Civil, Ministério da Previdência Social, Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; com a sociedade civil, a exemplo da FENATRAD – Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, entre outras organizações sindicais, e do movimento de mulheres e feminista; e com a Bancada Feminina do Congresso Nacional.

Com relação ao uso de tempo, foram feitos, igualmente, investimentos importantes. Em agosto de 2013, a SPM, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a OIT e a ONU Mulheres organizaram a 35ª Conferência Internacional “O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais”, promovida pela Associação Internacional de Pesquisas de Uso do Tempo (*International Association for Time Use Research – Iatur*).

Trinta e oito países da África, América, Ásia, Europa e Oceania participaram dessa 35ª Conferência. Especialistas no tema apresentaram estudos estatísticos e acadêmicos sobre o uso do tempo por homens e mulheres e sua contribuição para a formulação e implementação de políticas públicas para alterar a tradicional divisão sexual do trabalho.

A realização da Conferência no Brasil reforça o trabalho do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), instituído pela [Portaria Interministerial nº 60, de 22 de setembro de 2008](#), como uma das ações previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). O Comitê, composto pelas organizadoras da Conferência, tem por objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais e nos registros administrativos do país.

Merece destaque também a consolidação do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, atualmente na sua 5ª edição, criado com o objetivo de contribuir, de maneira decisiva, para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho. O programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é uma iniciativa do Governo federal, por meio da SPM, com o apoio da SEPPIR, da ONU Mulheres e da OIT.

As instituições, empresas e organizações que aderem ao programa Pró-Equidade de Gênero e Raça apresentam um plano de ações para a promoção da igualdade. Para receberem o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, é preciso que coloquem em prática ao menos 70% das ações previstas no plano.

Na primeira edição (2005), candidataram-se quinze organizações, todas elas de caráter público. A partir da segunda edição, em 2007, houve abertura para adesões de empresas privadas. Na quarta edição, o programa atingiu direta ou indiretamente cerca de 900 mil funcionárias e funcionários – 45% mulheres e 55% homens.

Programa Pró-Equidade	Organizações inscritas	Organizações que obtiveram o Selo
1ª Edição 2005	16	11
2ª Edição 2007	50	23
3ª Edição 2009	87	58
4ª Edição 2011	95	57
5ª Edição 2013	106	Em andamento

Fonte: SPM - 2013

O Selo representa o reconhecimento das ações realizadas pelas organizações no enfrentamento da desigualdade entre mulheres e homens e evidencia publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e raça, com a promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares para a efetivação da igualdade.

Na área da autonomia econômica das mulheres rurais, foram tomadas medidas e consolidadas políticas importantes nos últimos anos. No âmbito do Programa de Organização Produtiva de

Mulheres Rurais, coordenado pelo MDA, em parceria com a SPM e outros órgãos do Governo, foram identificados mais de 9.400 grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais do campo no período de 2008 a 2011. Mais de 79 mil mulheres foram beneficiadas pelo Programa, que inclui atividades de capacitação para o acesso às políticas públicas e para qualificação voltada para o exercício do controle social, no âmbito das diferentes instâncias de formulação e acompanhamento dessas políticas.

Por meio do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, um milhão de mulheres no campo e na floresta obtiveram documentação civil e trabalhista. Já no que se refere a compras governamentais, a partir de 2011, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), passou a destinar 5% do montante de seus recursos para a compra da produção de organizações de mulheres, além de garantir a participação de pelo menos 30% a 40% de organizações femininas entre os seus fornecedores. Dados recentes revelam que as organizações produtivas de mulheres representam, atualmente, 34% do total de beneficiárias do PAA – um crescimento de 240% dessa participação chegou a 240% em três anos (dados da Conab/Ministério da Agricultura).

Merece destaque o lançamento, em 2012, do “Prêmio Mulheres Rurais que Produzem um Brasil Sustentável”, um concurso de experiências de grupos e organizações produtivas constituídas por mulheres do campo e da floresta, que estejam contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil. O Prêmio tem por objetivo dar visibilidade aos trabalhos das mulheres do campo e da floresta. A entrega do Prêmio ocorreu em março de 2013. Trinta finalistas receberam o troféu Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável e, dentre essas, os dez grupos melhor colocados receberam um prêmio no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada um.

O concurso é realizado pela SPM, com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir) e do Banco do Brasil.

## **Desafios**

Quando analisamos dados relativos à participação das mulheres no mercado de trabalho contata-se que persistem grandes desafios a serem enfrentados pelo Brasil para alcançar a igualdade entre mulheres e homens.

Na população economicamente ativa (PEA), 42% das pessoas ocupadas são mulheres. Ainda que a taxa de desemprego das mulheres tenha caído de 15,2% para 7,5% entre 2003 e 2011, as mulheres ainda encontram piores condições de trabalho: salários mais baixos; acúmulo de tarefas devido à dupla jornada de trabalho; e sofrem sistematicamente com a discriminação e a violência nas suas relações de trabalho.

A dupla jornada de trabalho é uma das principais responsáveis pelas condições de trabalho desiguais entre mulheres e homens. Comparando mulheres e homens que trabalham fora, a PNAD aponta que, em 2011, a média de horas gastas em afazeres domésticos pelas mulheres estava em torno de 22 horas, enquanto para os homens o tempo médio gasto nesses afazeres era menos da metade, 10,3 horas.

As desigualdades podem ser percebidas também com relação à remuneração. Mesmo sendo mais escolarizadas, as mulheres ganham menos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2012 indicam que a redução desse déficit, que historicamente vinha caindo, sofreu um ligeiro retrocesso, passando as mulheres a receber em média, 72,9% dos rendimentos do trabalho dos homens. Essa relação era de 73,7% em 2011.

Entre os principais desafios para o Brasil no campo da autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho, destacam-se: reduzir a diferença salarial existente entre mulheres e homens; ampliar as políticas públicas e o acesso a bens e serviços que incidem sobre o cotidiano e os cuidados; e estabelecer responsabilidade compartilhada sobre os cuidados reprodutivos, incluídos o cuidado com os filhos, com o lar, com idosos e enfermos, entre outros, revendo a dupla jornada de trabalho que sobrecarrega as mulheres.

## **2. Fortalecer a cidadania das mulheres.**

No período desse Informe, o Governo brasileiro deu continuidade e aprofundou a implementação de políticas que beneficiam diferentes grupos de mulheres no campo do fortalecimento da cidadania das mulheres.

Merece destaque a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) – insumo fundamental para os compromissos assumidos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres –, pois fortalece formas democráticas de construção das políticas públicas. A 3ª Conferência, resultado de um processo participativo, mobilizou mais de 200 mil mulheres em todo o país, envolvidas nas conferências municipais e estaduais. A 3ª CNPM foi realizada em dezembro de 2011 e contou com a participação de cerca de 2500 mulheres (entre delegadas e convidadas), que avaliaram e discutiram as diretrizes e prioridades para a consolidação das políticas para as mulheres e a promoção das autonomias econômica, social, cultural, política e pessoal das mesmas.

Em março de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff assinou decreto que instituiu a vigência do [Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 \(PNPM\)](#). O PNPM é formado por dez capítulos temáticos, 103 metas e 415 ações, dentre as quais propostas debatidas com a sociedade civil na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Sob a coordenação da SPM, o plano é implementado pelo conjunto de ministérios e órgãos da administração pública federal. Compreende as seguintes áreas temáticas: (1) Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica; (2) Educação para Igualdade e Cidadania; (3) Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; (4) Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres; (5) Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; (6) Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social; (7) Direito à Terra com Igualdade para as Mulheres do Campo e da Floresta; (8) Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia; (9) Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia; e (10) Igualdade para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência.

O processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) demonstrou que está aumentando o entendimento de que as questões de gênero e raça são estruturantes. Após negociações, o PPA 2012-2015 tem como primeira diretriz a “garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero”.

Vale destacar que o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi utilizado como documento de base pela equipe do Ministério do Planejamento que conduziu o processo de elaboração do PPA. Outros documentos produzidos nos processos de conferências, como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial também o foram, com a perspectiva de transformar em realidade políticas que vem sendo discutidas e formuladas nos fóruns de debate com a sociedade brasileira.

Outra ação de destaque foi o papel da Secretaria de Políticas para as Mulheres no diálogo e articulação, nos diferentes fóruns em que se debatia a elaboração do PPA, para a inclusão do tema da igualdade entre mulheres e homens nos objetivos, metas e iniciativas dos diferentes programas. Como resultado desse trabalho, as ações de garantia e promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero foram disseminadas em grande parte do PPA. O PNPM atual é resultado dessas duas importantes articulações: as recomendações da Conferência e o Plano Plurianual - PPA para o período 2012-2015.

Cabe mencionar a promulgação da [Lei nº 12.470/2011](#), que beneficia 360 mil donas de casa. Essa lei possibilita que mulheres de 18 a 59 anos dedicadas ao trabalho doméstico e que tenham renda até dois salários mínimos (R\$ 1.356,00), poderão contribuir para a Previdência com uma alíquota menor, de 5% do salário mínimo.

No campo da educação, parcerias com o Ministério da Educação e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem resultado em importantes programas, a exemplo do Programa Mulher e Ciência, que tem como objetivos valorizar as pesquisas realizadas e estimular a produção de novos conhecimentos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos, junto aos estudantes de ensino médio, educação profissional, graduação e pós-graduação.

O Programa é integrado por três atividades: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que ao longo de oito edições recebeu 24.833 inscrições de estudantes de ensino médio e estudantes universitários; o edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos que nas quatro chamadas públicas realizadas alocou 21,2 milhões de reais no financiamento desse campo temático; e o Encontro Pensando Gênero e Ciências, que em suas duas edições aprovou uma série de recomendações para fortalecer o lugar das mulheres nas ciências e nas carreiras acadêmicas. Entre as recomendações incorporadas estão a [Portaria nº 220, de 12 de novembro de 2010](#) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a [Resolução do CNPq 022-2012](#) que prorrogam a bolsa de estudos das mulheres em caso de parto.

<b>Edital</b>	<b>Demanda</b>	<b>Aprovadas</b>	<b>Recursos (R\$)</b>
45/2005	345	134	1.200.000,00
57/2008	364	173	5.000.000,00
20/2010	302	207	7.000.000,00
32/2012	394	146	8.000.000,00
<b>Total</b>	<b>1405</b>	<b>660</b>	<b>21.200.000,00</b>

Fonte: SPM - 2013

Outra importante iniciativa foi o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), oferecido pela primeira vez em 2006, como um projeto piloto, com o objetivo de capacitar profissionais da educação para lidar com a diversidade nas salas de aula, enfrentando atitudes e

comportamentos preconceituosos em relação a gênero, raça, etnia e à orientação sexual, por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento (200hs) e especialização (360hs) na modalidade semipresencial.

O GDE foi desenvolvido por meio de parceria entre o Ministério da Educação, SPM, SEPPIR e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ). Em 2008, o curso foi integrado à Rede de Educação para a Diversidade (Rede), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Vinte e nove instituições públicas de Ensino Superior já ofertaram o GDE, com investimento estimado de 20 milhões de reais. No período 2006 – 2011 foram ofertadas 31.629 vagas para o GDE.

Alguns avanços legislativos aprovados no período deste Informe fortalecem, direta ou indiretamente, a agenda dos direitos das mulheres. Destacam-se:

- [Lei nº 12.288, de 20.7.2010](#)  
Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- [Lei nº 12.313, de 19.8.2010](#)  
Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso dentro do presídio e atribuir competências à Defensoria Pública.
- [Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011](#)  
Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.
- [Lei nº 12.418, de 9 de junho de 2011](#)  
Altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.
- [Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011](#)  
Estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.
- [Lei nº 12.852, de 5.8.2013](#)  
Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
- [Lei nº 12.845, de 1º.8.2013](#)  
Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

- [Lei nº 12.812, de 16.5.2013](#)  
Dispõem sobre a estabilidade provisória da gestante.
- [Lei nº 12.802, de 24.4.2013](#)  
Dispõem sobre o momento da reconstrução mamária.
- [Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011](#)  
Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Em junho de 2013 foi lançado o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Sistema Nacional LGBT), com a assinatura de duas portarias – uma de criação do sistema e outra de um comitê gestor de enfrentamento da chamada LGBTfobia, o preconceito e a violência contra a diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

O Sistema Nacional LGBT funcionará de acordo com uma estrutura articulada e interfederativa de políticas e iniciativas para incentivar a criação de programas para a população. O sistema será formado basicamente por Centros de Promoção e Defesa - com apoio psicológico, jurídico, entre outros tipos de suporte - e por Comitês de Enfrentamento à Discriminação e de Combate à Violência, com a participação de atores sociais.

No âmbito do enfrentamento ao racismo, merece registro a sanção da [Lei 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial](#), destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância. O Estatuto institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como forma de organizar e articular a execução de políticas e serviços para a superação das desigualdades étnicas no país.

Por fim, merece destaque a instituição da Coordenação Geral da Diversidade, no âmbito da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Com isso a Secretaria de Políticas para as Mulheres fortalece a implementação de políticas que ampliam o acesso a direitos e a cidadania de grupos importantes de mulheres, a exemplo das mulheres lésbicas, indígenas e com deficiência.

A Coordenação planeja e articula ações para fortalecer as políticas que incorporem a diversidade das mulheres, por meio de atuações transversais à SPM e a outros Ministérios. Ela também propõe diretrizes referentes à diversidade nos estados, distrito federal e municípios, além de organizar e sistematizar dados e informações sobre as mulheres em sua diversidade.

Desde sua criação, a Coordenação tem apoiado o protagonismo, a formação e o fortalecimento dos segmentos prioritários de mulheres no desenvolvimento de políticas públicas, por meio de seminários e outros projetos. Ademais, a Coordenação difunde políticas de enfrentamento a discriminações e preconceitos, e incide nas instâncias de controle social relacionadas aos segmentos prioritários (Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Pessoa com Deficiência, Conselho Nacional de Políticas LGBT e outros).

## Desafios

Um dos principais desafios é introduzir nas grades curriculares do sistema educacional brasileiro a temática da igualdade de gênero e dessa forma transformar implementar um modelo de educação não discriminatória no sistema nacional de ensino.

O segundo grande desafio é fortalecer as políticas que incorporem a diversidade existente entre as próprias mulheres e ampliar o acesso das mulheres às políticas existentes.

O terceiro é ampliar a oferta de creches, que em 2011 atendiam a 21% das crianças entre 0 e 3 anos de idade no país. Ainda que na última década o percentual de crianças atendidas em creches tenha aumentado significativamente, passando de 7%, em 2001, para 21%, em 2011, esse ainda constitui um dos grandes desafios,

### **3. Ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e nas esferas de poder.**

Diferentes estratégias têm sido desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em articulação com outras esferas do Governo e com os diferentes poderes do Estado, para fortalecer e possibilitar uma maior participação das mulheres na tomada de decisões e em diferentes espaços e esferas de poder.

Formas mais diretas de exercício da democracia que começaram a ser traçadas no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem contribuído de maneira decisiva para que mais mulheres reflitam sobre suas vidas, sobre seu lugar no mundo; e para que mais mulheres ocupem outros lugares na sociedade. Servem de exemplo as conferências nacionais e a existência, no centro do poder, de um órgão responsável pelas políticas de igualdade das mulheres e outro para os negros, com a criação das Secretarias de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, respectivamente.

A definição de uma Política Nacional para as Mulheres, que tem como princípio a igualdade entre mulheres e homens; e a elaboração de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que compromete todo o Governo federal na redução das desigualdades de gênero, são avanços importantes que marcam o sentido e a força dessa participação.

Em 2010, a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a exercer o mais alto cargo da República, colocou um foco maior sobre o tema da igualdade entre mulheres e homens. E trouxe avanços imediatos na ocupação de postos de poder, com a designação de nove mulheres como ministras (atualmente são dez). Nos dois mandatos do Presidente Lula esse número chegou a onze ministras, enquanto em todo o período republicano anterior (de 1889 a 2002) apenas oito mulheres haviam ocupado postos ministeriais.

No período desse relatório foi também reforçado o papel institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A [Lei 12.314, de 19 de agosto de 2010](#), incluiu a SPM entre os órgãos essenciais da Presidência da República e atribuiu à sua dirigente o nível de Ministra de Estado. O [Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012](#) modificou a estrutura e ampliou os cargos da SPM. Por sua vez, o [Decreto nº 8030, de 20 de junho de 2013](#) revogou o anterior e reorganizou a SPM, cuja estrutura passou a contar com uma Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres - SAE, além das Secretarias de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SEV e Articulação Institucional e Ações

Temáticas – SAIAT. O mesmo decreto criou a coordenação da Diversidade, na SAI, para reforçar a atenção às mulheres lésbicas, indígenas, idosas, jovens e com deficiência.

O estímulo à criação e o fortalecimento dos organismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres tem sido outra política importante desenvolvida pela SPM. Por exemplo, em 2003 foi instituído o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, que reúne as representantes de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres; e há previsão regular de recursos nos editais lançados pela Secretaria para apoio aos organismos e às políticas implementadas por eles em estados e municípios.

Dados de 2013 indicam a existência de 603 organismos governamentais de políticas para as mulheres em todo o País. Uma cobertura de 10,8% dos municípios brasileiros. Esses organismos estão presentes em 25 capitais, com exceção apenas de Boa Vista e Cuiabá. Quando da criação da SPM, em 2003, esse número não chegava a 20 organismos.

Os organismos estaduais estão presentes em 25 das 27 Unidades da Federação. Apenas os estados de São Paulo e Paraná ainda não criaram em seu organograma uma área específica para as mulheres. Esses organismos são bastante heterogêneos no acesso a recursos e inserção na hierarquia de poder. Em relação aos organismos estaduais, são oito secretarias, onze coordenadorias e cinco superintendências.

Mudanças importantes podem ser identificadas também na Câmara Federal e Senado, com a instituição de Procuradorias da Mulher nas duas casas e da Secretaria da Mulher na Câmara (que engloba a Procuradoria e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher). A articulação da SPM com o Legislativo, em especial com a Bancada Feminina, tem se fortalecido nesses últimos anos.

Outro ponto a destacar é o estímulo e apoio ao desenvolvimento de pesquisas e à produção de conhecimento sobre a temática de gênero, a exemplo do [edital lançado em 2010](#), pela SPM, que convocou núcleos ou grupos de pesquisa a apresentarem propostas para a implementação de projeto de pesquisa sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010; e do apoio a pesquisas de opinião sobre mulher e participação política feita em parceria com o Instituto Patrícia Galvão tem sido outra ação desenvolvida nesse campo.

## **Desafios**

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2012, o número de candidaturas femininas alcançou 31,7%, superando pela primeira vez o piso da legislação, em vigor há 15 anos. A Lei brasileira obriga que no mínimo 30% das candidaturas nas eleições proporcionais devem ser asseguradas para um dos sexos. Porém, como no Brasil as cotas são para candidaturas, o resultado não alcançou um mínimo de 30% de mulheres eleitas.

Nas eleições para as Câmaras Municipais, ainda que as candidaturas de mulheres representassem 31,7% do total, as mulheres eleitas vereadoras representaram apenas 13,3% do total de eleitos. Nas eleições para as Prefeituras, das 190 candidaturas para as 26 capitais, apenas 28 (15%) foram de mulheres. E as mulheres eleitas para o cargo de Prefeitas representaram 12% do total. Vale observar que, no Brasil, as eleições majoritárias não são regidas pelas cotas.

Contribuir para a aprovação de uma reforma política que assegure uma participação igualitária das mulheres e fortalecer diferentes espaços de participação, a exemplo de organismos de políticas para as mulheres e Conselhos de direitos das mulheres são alguns dos desafios do Brasil para ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e na ocupação de espaços de poder e decisão.

#### **4. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres.**

A construção e a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres são avanços importantes realizados nessa área.

Criado em 2007, o Pacto é um acordo federativo entre o Governo federal, os governos estaduais e municipais para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional. Em 2011, as 27 Unidades da Federação já haviam assinado o Acordo de Cooperação Federativa do Pacto, que prevê políticas públicas integradas em todo o território nacional para consolidação da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Em três anos a SPM já repassou, por meio de convênios, mais de 90 milhões de reais a todos os estados do Brasil para o desenvolvimento de projetos elaborados segundo os cinco eixos estruturantes do Pacto. As ações consistem em: garantia da aplicabilidade da lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da Rede de Serviços de Atendimento para as Mulheres em Situação de Violência; garantia da Segurança Cidadã e Acesso a Justiça; garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, Enfrentamento à Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres; e garantia da Autonomia Econômica das Mulheres em Situação de Violência e Garantia de seus Direitos.

Até setembro de 2013, foram criados 90 Juizados Especializados ou Varas Adaptadas; 44 Núcleos ou Defensorias Especializadas; 42 Promotorias Especializadas ou Núcleos de Gênero do Ministério Público; e 12 serviços de responsabilização do agressor - todas as iniciativas sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. Estão em funcionamento, ademais, 496 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 220 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 77 Serviços de Abrigamento.

O Ministério da Saúde criou 305 serviços e programas especializados para o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, além de ter celebrado 23 convênios com Secretarias Estaduais. Outro fator que tem contribuído para a consolidação da rede de enfrentamento à violência contra mulheres é a capacitação de profissionais. Até 2011, a SPM capacitou 41.980 profissionais, com investimento de R\$ 21,9 milhões. O Ministério da Justiça somou 529.710 profissionais da segurança pública treinados, enquanto o Ministério da Saúde capacitou 2.017 técnicos e gestores municipais das redes de saúde de atenção às mulheres em situação de violência, com investimentos de R\$ 4,7 milhões.

A SPM, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o Ministério da Justiça investiram R\$ 10 milhões na qualificação de 7.864 psicólogos, assistentes sociais e advogados dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Somadas todas as iniciativas, mais de meio milhão de profissionais já foram capacitados para o atendimento na Rede de Combate à

Violência Contra a Mulher, o que resulta no aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado.

A adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres contribui para a organização dos estados em torno das políticas para as mulheres. Um bom exemplo é o Estado da Bahia, que neste ano de 2013 reconstituiu, por meio de ato publicado no Diário Oficial, a Câmara Técnica do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que reúne onze secretarias estaduais baianas, além de contar com a contribuição do Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça. Outro exemplo de medida significativa para a implementação da Lei Maria da Penha foi a pactuação do Estado do Rio Grande do Sul, que instituiu, entre outras ações, a Patrulha da Lei Maria da Penha, envolvendo e responsabilizando, tanto financeiramente quanto em novas ações, a Segurança Pública do Estado.

No dia 9 de fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal ratificou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Com isso, o Brasil pode cumprir as obrigações assumidas pela ratificação da Convenção de Belém do Pará (1994), que define a natureza do crime e prevê a obrigação do Estado de atuar preventivamente no combate à violência contra as mulheres.

Merece destaque, no âmbito desse informe, o lançamento, em março de 2013, do Programa Mulher: Viver sem Violência, destinado à adesão dos governos estaduais, dos governos municipais das capitais estaduais, das cidades da região de fronteira seca e de todo o sistema de Justiça (Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual). O Programa prevê quatro grandes ações: a) Construção de 27 Casas da Mulher Brasileira; b) Ampliação da Central telefônica 180; c) Organização e Humanização do Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência Sexual (coleta dos vestígios e guarda das provas); Campanhas Permanentes de Conscientização e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; Construção e reforma dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; e as Unidades Móveis para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

Em dois anos serão investidos R\$ 305 milhões, sendo R\$ 137,8 milhões, em 2013, e R\$ 127,2 milhões, em 2014. Os recursos serão aplicados da seguinte maneira: R\$ 115,7 milhões na construção dos prédios e nos custos de equipagem e manutenção; R\$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180; R\$ 13,1 milhões na humanização da atenção da saúde pública; R\$ 6,9 milhões na humanização da perícia para aperfeiçoamento da coleta de provas de crimes sexuais; R\$ 4,3 milhões em serviços de fronteira; e R\$ 40 milhões para a entrega das 54 unidades móveis aos 26 estados da Federação e ao Distrito Federal.

A Casa da Mulher Brasileira integra o Programa Mulher Viver sem Violência. Cada cCasa deverá prestar os seguintes serviços: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM); Juizados ou Varas Especializadas; Defensorias e Promotorias Especializadas para o atendimento de casos de violência contra as mulheres; equipe psicossocial (equipe dos Centros Especializados de atendimento à violência contra as mulheres) e equipe de orientação para autonomia das mulheres, emprego e renda; alojamento provisório; e central de logística de transporte. A estrutura física terá brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres.

Oito Unidades da Federação já assinaram o termo de adesão para integrar formalmente o Programa: Distrito Federal, Paraná, Paraíba, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Rio Grande do Sul.

No período desse Informe foram concluídos os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil. A entrega do Relatório Final, em agosto de 2013, contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

A Comissão foi presidida pela Deputada Federal Jô Moraes (PCdoB/MG) e a relatoria coube à Senadora Ana Rita (PT/ES). Nos seus quase 18 meses de trabalho, a Comissão visitou 18 estados brasileiros, inquiriu autoridades públicas, ouviu especialistas no tema e realizou diligências nos serviços públicos que compõem a rede de atendimento a mulheres em situação de violência. Nada foi esquecido e todos os poderes da República participaram desse esforço.

A constituição da CPMI foi um passo importante para o combate à violência contra a mulher, graças ao debate que instalou no País, bem como pelo reconhecimento da insuficiência dos equipamentos jurídicos, de saúde e assistenciais e sua desigual distribuição geográfica. O Relatório Final da CPMI faz 73 recomendações aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas administrativas do Brasil.

A realidade da violência contra as mulheres coloca o Brasil em 7º lugar no *ranking* internacional de violência contra as mulheres. Depois da instituição da Lei Maria da Penha e das ações do Sistema de Justiça, estatísticas do Conselho Nacional de Justiça indicam que até 31 de dezembro de 2011 foram protocolados 689.367 procedimentos, 196.023 inquéritos, 99.891 ações penais, 281.302 medidas protetivas, 26.269 prisões em flagrante e 4.003 prisões preventivas.

A SPM tem se empenhado em fazer com que a Lei Maria da Penha seja implementada e beneficie o maior número de mulheres que sofrem de violência de gênero em nosso país. Isso significa dar atenção especial às quase 14 milhões de mulheres que vivem no Brasil profundo do campo e da floresta. No debate estabelecido no âmbito do [Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta](#) a questão da dificuldade de acessar os serviços era central.

Para minimizar esse problema, a SPM, por meio de processo licitatório, adquiriu 54 unidades móveis para atendimento às mulheres do campo e da floresta, duas por cada Unidade da Federação. São ônibus adaptados e equipados com duas salas para o atendimento individual, com equipe multidisciplinar treinada para a escuta das denúncias das mulheres e para prestar um primeiro atendimento e deflagrar ações de prevenção à violência. Eles circularão pelas áreas rurais mais remotas e afastadas dos centros urbanos, possibilitando o acesso das mulheres que vivem nessas regiões aos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência, com orientação adequada e humanizada.

O Distrito Federal e sete Estados já receberam as unidades móveis: Paraná, Paraíba, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Rio Grande do Sul. Os 19 Estados restantes receberão as unidades até o final do ano.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que há oito anos se tornou um dos principais instrumentos de informação e orientação sobre direitos, consolidou-se também como referência de dados sobre a violência contra as mulheres no país. Os 3.364.633

atendimentos computados de janeiro de 2006 a junho de 2013 possibilitaram o constante aperfeiçoamento das políticas públicas elaboradas pela SPM, assim como a constituição de parcerias - com o Legislativo, governos estaduais, prefeituras, sistema de justiça e sistema de saúde.

Ao longo desses anos, a Central 180 atendeu a 56% dos municípios brasileiros. O próximo passo, ainda em 2013, será a ampliação do atendimento internacional (brasileiras que se encontram em outros países) para mais 10 países. Atualmente, o Disque 180 encontra-se em funcionamento em Portugal, Espanha e Itália. O atendimento transformar-se-á em Disque denúncia, o que permitirá atendimento mais rápido e integrado ao conjunto da Rede de atendimento às mulheres em situação de prisão.

A SPM, em conjunto com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, atuam na Coordenação Tripartite do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Das 115 metas, 13 são de responsabilidade da SPM, relacionadas às seguintes estratégias: fortalecimento e capacitação da Rede Especializada de Atendimento às Mulheres para o enfrentamento ao Tráfico; reestruturação dos três centros de atendimento a mulheres migrantes e construção de mais seis centros nas regiões de fronteira seca; articulação internacional, bilateral, regional e multilateral; e a expansão geográfica da Central de Atendimento 180.

Nessa área, destacam-se: (i) a parceria com a Polícia Federal, que entre o segundo semestre de 2012 e janeiro de 2013 conseguiu desbaratar duas quadrilhas de tráfico de pessoas e mulheres na Espanha, a partir de uma denúncia da Central 180; no contexto do MERCOSUL, (ii) via RMAAM, a participação no “Mecanismo de articulação para a atenção de mulheres em situação de tráfico internacional de pessoas” que tem como objetivos oferecer serviços especializados e a articulação desses serviços no Cone Sul; e (iii) o lançamento da Campanha para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com destaque para o tráfico de mulheres, nas fronteiras dos municípios de Pacaraima (RR), Foz do Iguaçu (PR), Jaguarão (RS) e Santana do Livramento (RS), bem como nos portos, aeroportos com rotas internacionais (Manaus, Guarulhos e Galeão) e nas rodoviárias de São Paulo, Manaus e Rio de Janeiro.

## **Desafios**

Os principais desafios do enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres são, entre outros: dar escala às políticas de enfrentamento à violência que estão sendo implementadas, consolidando cada vez mais a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, por consequência, o Pacto Nacional e o Programa Mulher Viver sem Violência; ampliação do orçamento para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres nas três esferas da Federação; estabelecer no ordenamento jurídico brasileiro a figura do feminicídio como agravante para o assassinato de mulheres; e criar o Sistema Nacional de Dados sobre a Violência Contra as Mulheres.

## **5. Facilitar o acesso das mulheres a novas tecnologias e promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios.**

As novas tecnologias da informação e comunicação – TICs são cada vez mais percebidas como fonte de transformações sociais, econômicas e políticas que sinalizam uma inequívoca arrancada para o desenvolvimento – inclusive para as mulheres. Mas as oportunidades geradas por essas tecnologias no mundo do trabalho não têm automaticamente garantida a

democratização de seu acesso. Por isso, as TICs precisam ser acompanhadas de políticas afirmativas para segmentos historicamente discriminados da população, a exemplo de mulheres e negros.

Em 2011, de maneira inédita, a PNAD levantou informações sobre o uso da internet. A pesquisa constatou que as mulheres na faixa dos 25 aos 49 anos igualam-se ou superam os homens no uso da internet. Nas demais faixas etárias, elas e eles praticamente se equiparam. Vale lembrar que a Internet é uma ferramenta-ambiente tida como um dos principais, se não o principal componente das TICs, por força de sua característica aglutinante, em torno da qual orbitam as outras tecnologias.

Outra observação importante indica que as brasileiras, além de serem maioria nos cursos superiores presenciais no país, com 55,23% (MEC/INEP 2011), o são com margem ainda maior na graduação à distância - o *e-learning* - representando 66,77% do total de alunos.

O Governo brasileiro tem feito investimentos importantes para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade nacional por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa [Ciência sem Fronteiras](#) é um exemplo disso. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas de estudos em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

É interessante observar que no ano de 2012 houve um equilíbrio na distribuição das bolsas: 55,88% foram bolsas concedidas a homens e 44,12% a mulheres. A distribuição reflete tanto a entrada de maior quantidade de mulheres nos espaços educacionais nas últimas décadas, como pode sinalizar certa mudança nas escolhas profissionais femininas. Vale lembrar que as mulheres já são maioria nos cursos de graduação no Brasil, representando 55,23% destas matrículas (MEC/INEP, 2011). Essa diferença é ainda mais significativa quando avaliamos os cursos de graduação à distância - nesses as mulheres representam 66,77% das matrículas.

Ao analisar o acesso das mulheres às bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras segundo as diferentes áreas de interesse, constata-se que na Ciência da Computação elas são 22,46% das bolsistas, nas Engenharias são 37,84%, nas Ciências Exatas e da Terra são 45,45%, e nas Ciências Biológicas e da Saúde são 61,93%. Chama a atenção o fato de que a distribuição das bolsas concedidas no ano de 2012 não espelha a presença das mulheres nos cursos de graduação do Brasil. Aparentemente, as mulheres tomaram a decisão de participar do Programa segundo uma dinâmica de apostar no futuro, em uma carreira exitosa no mercado de trabalho.

O Governo Brasileiro tem reforçado também os cursos profissionalizantes, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Pronatec foi criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de

educação profissional e tecnológica. Das 238 mil pessoas matriculadas nos cursos, 66% são mulheres. Elas não se inscreveram apenas em cursos tradicionais femininos, como o de cuidador de pessoa idosa, mas tem optado igualmente por cursos tradicionalmente ocupados por homens, como construção civil e mecânica, entre outros.

Vale destacar o lançamento, em novembro de 2012, da campanha “Mulheres que Inovam - Campanha de Qualificação pelo Pronatec”. A campanha é uma iniciativa da SPM e do MDS, com o objetivo de incentivar as mulheres a inscreverem-se em setores em expansão, em profissões tradicionalmente ocupadas por homens.

Ainda na promoção do acesso a TIC, a SPM, em parceria com o MCTI e o CNPq, desenvolveu várias ações no marco do Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos para o Avanço da Condição da Mulher, assinado em 2010, e do Programa de Cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres, que o integra. O foco das primeiras atividades desenvolvidas foi o fortalecimento do intercâmbio entre jovens cientistas e estudantes do ensino médio. Citamos:

- a ida de seis jovens cientistas brasileiras aos Estados Unidos, em 2011, para participar da 55ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU (CSW), que tinha como tema prioritário o acesso e a participação de mulheres e meninas à educação, formação, ciência e tecnologia, inclusive para promoção do acesso igualitário das mulheres ao pleno emprego e ao trabalho decente. As brasileiras visitaram, ainda, centros de pesquisa nas cidades de Washington e Boston;

- a visita de oito jovens cientistas americanas a centros e institutos de pesquisa brasileiros: Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), em Recife; Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém; Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o Observatório Nacional (ON) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC), todos no Rio de Janeiro; e

- a participação de duas estudantes de ensino médio brasileiras, medalhistas do Programa de Iniciação Científica da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), organizado pela Sociedade Brasileira de Matemática, Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação, no *National Youth Science Camp*, nos Estados Unidos da América, em julho de 2011.

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o CNPq lançou os verbetes das cientistas brasileiras [Pioneiras da ciência no Brasil](#). A importância dessa iniciativa reside em atribuir visibilidade às mulheres e a suas contribuições para a produção do conhecimento. É importante produzir outras versões da história, que versem sobre a atuação das mulheres como lideranças no ensino e na pesquisa, e não somente como meras coadjuvantes nos papéis tradicionais de companheiras, assistentes, professoras.

Algumas medidas têm sido tomadas no sentido de promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios, como campanhas de promoção dos direitos das mulheres ou medidas para impedir a veiculação de propagandas discriminatórias.

Merecem destaque ações que têm sido implementadas no sentido de tirar de circulação propagandas sexistas e racistas, a exemplo, em 2011, do pedido da SPM ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) para que retirasse do ar a propaganda

de lingerie da Hope, por ser pejorativa à mulher; e, mais recentemente ação impetrada pelo Ministério da Justiça que abriu um processo administrativo para aplicar uma multa à empresa Brasil Kirin (antiga Schincariol) devido a anúncio de cerveja, veiculada ao longo de 2010 e 2011, que deprecia e desvaloriza a imagem da mulher e reforça a discriminação de gênero e estereótipos racistas no Brasil.

O lançamento de editais e prêmios diversos também tem sido importantes para estimular uma mudança cultural. São exemplos, o Prêmio Mulheres Negras Contam sua História e os editais públicos lançados em 2013 em parceria com o Ministério da Cultura.

O Prêmio Mulheres Negras Contam sua História foi lançado em novembro de 2012, e teve como objetivo estimular a inclusão social das mulheres negras, por meio do fortalecimento da reflexão acerca das desigualdades vividas pelas mulheres negras no seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e de violência e na superação do racismo. Foram recebidas 520 inscrições, entre redações e ensaios. Os textos foram enviados por mulheres autodeclaradas negras, contando as histórias de vida desse segmento social na construção do país.

O Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres 2013 – Apoio à Curta e Média-Metragem busca visibilizar a produção cinematográfica de mulheres e reconhecer o trabalho de diretoras e técnicas no universo do audiovisual brasileiro.

O Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais, por sua vez, destina-se a selecionar projetos de diferentes linguagens artísticas, desenvolvidos em todo o País, com o objetivo de contribuir para o fomento e a difusão da expressão cultural feita por mulheres nas artes visuais.

Finalmente, vale destacar o lançamento da Chamada nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras – “Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”. A iniciativa tem por objetivo oferecer apoio financeiro a propostas de projetos selecionados, que visem a estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, combatendo a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos desses cursos e despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do ensino médio e da graduação por profissões das áreas mencionadas, assim como para a pesquisa científica e tecnológica.

A ação será executada por meio de uma Chamada Pública destinada à seleção de propostas. Serão apoiadas estudantes de graduação dos referidos cursos, com a finalidade de reduzir a evasão acadêmica. Serão apoiadas, igualmente, estudantes de ensino médio, com a finalidade de despertar seu interesse para seguirem carreiras nas áreas abrangidas pela ação.

A implementação das ações dar-se-á através de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CNPq – que será o responsável por sua operacionalização – a SPM, a Petrobrás e o MCTI, que serão os responsáveis pelo financiamento dos projetos. A previsão é de que sejam selecionados entre 150 e 300 projetos, para a concessão de cerca de 1.800 bolsas em diferentes modalidades. As atividades previstas serão desenvolvidas no período de 15 meses, computando o período de execução dos projetos e o de seleção das bolsistas. O custo total da iniciativa é de R\$ 11 milhões, sendo R\$ 5 milhões da Petrobrás, R\$ 5 milhões da SPM e R\$ 1 milhão do MCTI.

## Desafios

Para a SPM, é bastante pertinente o tema definido para a XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe - igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e tecnologias da informação e comunicação. É necessário fortalecer políticas que coloquem as mulheres em pé de igualdade com os homens possibilitando que acedam ao conhecimento necessário para utilizar as novas tecnologias a seu favor – seja como campo de mercado de trabalho, seja usufruir seus benefícios no cotidiano da vida.

Um dos desafios é incentivar meninas e jovens para as carreiras científicas, em especial no campo das ciências exatas, engenharias e computação, rompendo o padrão de escolhas tradicional, associado a carreiras que de alguma forma estão próximas das tarefas cotidianamente desempenhadas pelas mulheres.

Outro grande desafio do Brasil nessa área é fortalecer uma comunicação democrática, que não reproduza estereótipos.

### **6. Promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.**

O tema da saúde das mulheres e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos constitui objeto de políticas públicas, sobretudo do Ministério da Saúde, que tem contribuído para a redução da mortalidade materna em todo o Brasil. Nos últimos vinte anos (1990/2010), o indicador reduziu-se pela metade (51%), caindo de 141 para 68 óbitos por 100 mil nascidos vivos no período avaliado. A preocupação com a meta de redução em três quartos da mortalidade materna até 2015 teve um reforço com os investimentos relativos ao [Programa Rede Cegonha](#), lançado em 2011.

A alta incidência de mortes maternas exigiu uma ação mais integrada e integral sobre o modelo de atenção à saúde das mulheres no período gravídico-puerperal, ação que vem sendo implementada em todo país por meio da Rede Cegonha.

A Rede Cegonha é prioridade de Governo, com previsão de investimento de R\$ 9,4 bilhões do Ministério da Saúde. Tais recursos vêm sendo aplicados na construção de uma rede de cuidados pactuada por gestores nas Comissões Intergestoras Regionais, de forma a assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Em 2012, o Sistema de Adesão da Rede Cegonha – SISPAR contava com a adesão de 5.530 municípios, abrangendo aproximadamente 2.463.809 mulheres no país, as quais deverão experimentar uma nova forma de atenção em saúde reprodutiva, compromisso dos gestores presentes em seus Planos de Ação para mudança de modelo da atenção ao parto e nascimento.

Em maio de 2012, levantamento do Ministério da Saúde demonstrou que a mortalidade materna caiu 21% de 2010 para 2011 no Brasil. A pesquisa comparou dados de janeiro a setembro de cada ano. Tendo em vista que, nos últimos dez anos, a tendência de redução ficava entre 5% e 7%, a queda de 21% é considerada bastante expressiva. Em 2011, foram registrados 1.038 óbitos por complicações na gravidez e no parto, também em um período de nove meses. Em 2010, foram 1.317. O bom resultado é atribuído ao aumento da qualidade do pré-natal.

O Estado brasileiro reconhece que ainda há desafios a serem enfrentados na área da saúde materna e dos cuidados obstétricos de emergência, apesar da busca de melhoria da saúde e da redução da mortalidade materna serem objeto de intensos esforços. Exemplos desse esforço são: o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, a organização da atenção às mulheres que chegam aos serviços em processo de abortamento, e a organização da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.

Teve forte impacto a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em julgamento histórico, determinou a constitucionalidade da interrupção de gravidez de feto anencéfalos, ampliando a possibilidade do aborto legal para além do risco de morte da mulher e gravidez resultante de estupro. Outra decisão importante do STF foi a aprovação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Com isso, os casais homossexuais passaram a ter os mesmos direitos e deveres que a legislação brasileira já garante para os casais heterossexuais. Trata-se de duas importantes conquistas na temática dos direitos sexuais e reprodutivos e da autonomia das mulheres.

### **Desafios**

Entre os desafios nesse campo, destacam-se a necessidade de assegurar atendimento integral às mulheres, com serviços de qualidade em todas as áreas, inclusive no que se refere à saúde sexual e reprodutiva.

## **7. Promover a cooperação internacional e regional para a equidade de gênero.**

Entre os avanços na cooperação internacional, podemos citar, no âmbito do MERCOSUL, a transformação da Reunião Especializada da Mulher em Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher, conforme [Decisão nº 24/11 do Conselho do Mercado Comum](#), e a [Decisão nº 14/12](#) deste mesmo Conselho que solicita à RMAAM que elabore proposta de “Diretrizes de Gênero para o MERCOSUL”.

No âmbito da América Latina e Caribe, merece destaque a realização, no Uruguai, em agosto de 2013, da primeira Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, que aprovou o [Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento](#).

### **Desafios**

O Brasil está convencido de que, embora seja considerável o progresso em diversas áreas, ainda temos desafios a vencer para tornar realidade, em nossos países e na região, os princípios acordados no Cairo e em outros compromissos internacionais. Os progressos alcançados aportam novos desafios, que compõem a agenda a ser implementada após 2014.

Por essa razão, a Presidenta Dilma Rousseff reativou a [Comissão Nacional de População e Desenvolvimento](#) (Decreto 8009/2013), que contribuirá para a formulação de políticas e para a implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento. A composição da Comissão, que reúne 14 órgãos do Governo federal e nove entidades da sociedade civil, reflete a transversalidade dos temas abordados e o engajamento que requerem.

### **III. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconhecemos que o Brasil ainda tem muito a caminhar para alcançar a igualdade efetiva entre mulheres e homens. Mas essa conquista é um processo e como parte deste processo é importante também reconhecer que enfrentamos esse desafio, em especial nessa última década, de maneira firme. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial representa uma forte demonstração do Governo brasileiro da sua decisão de fortalecer um País mais igualitário e justo.

Entre os grandes desafios para os próximos anos, destacamos:

1. Reafirmar o Consenso de Brasília e aprovar o Consenso de São Domingos, que deverá aprofundar o compromisso da região de expandir o acesso às novas tecnologias de informação e as comunicações – esse é nosso desafio central;
2. Fortalecer a implementação do Consenso de Montevideu, aprovado na Primeira Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe; e
3. Incidir de maneira decisiva para que a agenda Pós-2015 da Organização das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável incorporem de maneira estrutural a perspectiva da igualdade – de gênero, social, racial, étnica e regional.